

Mobilização de povos indígenas pede respeito a direitos constitucionais

O Senado recebeu a mais recente mobilização dos povos indígenas. Eles participaram de audiências públicas, sessão de homenagem e um encontro com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que prometeu apoio. Uma das reivindicações deles

deu um passo importante. O senador Fernando Bezerra, relator da medida provisória que transferiu a Funai para o Ministério da Mulher, recomendou a devolução da fundação para a pasta da Justiça, como querem os índios. **3**



"Os povos originários merecem o nosso respeito e têm meu apoio para a valorização das causas indígenas", disse Davi

Marcos Brandão/Senado Federal - 24/04/2019

Jornal do Senado

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXV — Nº 5.111 — Brasília, terça-feira, 21 de maio de 2019



Regulamentação da profissão de cuidador pode ser votada hoje

Pelo texto, o profissional só poderá administrar medicação por via oral e com prescrição médica, ficando proibido de executar procedimentos de maior complexidade técnica

Waldemar Barreto/Agência Senado



Senadores também poderão votar projeto que cria a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura, que regulariza abate e comércio de produtos derivados

Está na pauta do Plenário de hoje o projeto que regulamenta a profissão de cuidador de criança, idoso, pessoa com deficiência ou com doença rara. Os profissionais deverão ter ensino fundamental completo, curso de qualificação na área, idade mínima de 18 anos, bons antecedentes e atestados de aptidão física e mental.

Outra proposta em pauta autoriza a Fazenda a divulgar os nomes dos beneficiários de renúncias de receitas da União. **3**

Capitalização gera divergência em audiência pública

A reforma da Previdência proposta pelo governo prevê a adoção do sistema de capitalização, que funciona como uma espécie de poupança: o dinheiro descontado mensalmente do salário de cada trabalhador vai para uma conta individual e não se mistura com as contribuições dos demais beneficiários.

O assunto foi debatido ontem na Comissão de Direitos Humanos. Para o representante dos auditores-fiscais, a capitalização é um "sistema complicado para o trabalhador". Na opinião do secretário de Previdência do Ministério da Economia, o país está pronto para a mudança, porque tem boas experiências na área. **2**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Representante do governo, Leonardo Rolim defende a reforma em audiência pública comandada por Paulo Paim (C)

Relator defende legalidade do decreto de Bolsonaro sobre armas



Gerardo Magalhães/Agência Senado - 07/05/2019

Relator na Comissão de Constituição e Justiça de quatro projetos que sustam o decreto do presidente Jair Bolsonaro sobre armas, o senador Marcos do Val disse que a nova norma tem respaldo legal. Assinado em 7 de maio, o decreto prevê liberação da posse para diversas categorias profissionais e ampliação do número de armas e munição permitidos, entre outros pontos. **3**

Para Marcos do Val, o decreto garante a legítima defesa

Comissão vota acesso facilitado a seguro obrigatório **3**

Lei muda forma de prestação de contas de partido **2**

Debatedores discordam sobre capitalização

Para o representante dos auditores da Receita Federal, sistema vai “condenar trabalhador à miséria e beneficiar bancos”. Já o secretário de Previdência defende que capitalização vai melhorar o setor

O SISTEMA DE capitalização da Previdência, previsto na PEC 6/2019, foi o assunto de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O requerimento para o debate é do presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

A capitalização funciona como uma espécie de poupança: o dinheiro descontado mensalmente do salário de cada trabalhador vai para uma conta individual e não se mistura com as contribuições dos demais beneficiários. Pelo sistema atual, o de repartição, os pagamentos feitos pelo pessoal da ativa financiam as aposentadorias dos inativos.

O diretor de Defesa Profissional e Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Mauro José Silva, considerou a capitalização um “sistema complicado para o trabalhador”. Para ele, além de significar a “transferência de renda” dos empregados para os bancos, a modalidade não cobrirá benefícios existentes, como salário-família e salário-maternidade.

Rodrigues destaca campanha do governo sobre nova Previdência

Chico Rodrigues (DEM-RR) destacou ontem a importância do lançamento, pelo governo, de campanha para mostrar de forma clara a relevância e a urgência da reforma da Previdência. Para o senador, a iniciativa é bem-vinda, já que a população está absolutamente mal informada sobre o projeto.

— Muito oportuna, aliás no meu entendimento já deveria ter começado lá atrás, para mostrar de uma forma clara a importância da reforma.



Roque de Sá/Agência Senado

Reforma tributária é decisiva para o país, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a urgência de uma reforma tributária para que o Brasil volte a ter perspectivas de crescimento.

Na opinião do senador, a solução do problema fiscal do Brasil passa pelo combate à sonegação, pelo fim da evasão fiscal e, sobretudo, pelo corte dos verdadeiros privilégios, que beneficiam aqueles que são megarricos e que praticamente não pagam impostos.

— É um escândalo! Quem ganha mais paga menos e, quanto mais se ganha, menos se paga — exemplificou.

— Um sistema sem empregador, e com instituição financeira, é um fracasso. É condenar o trabalhador à miséria — concluiu.

O secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, disse que a PEC autoriza a criação de um sistema de capitalização obrigatório, que será regulado por lei complementar. Ele garantiu que o Brasil está pronto para a mudança, porque tem boas experiências na área.

— Fizemos estudos e acreditamos no trabalho. Esse modelo vai libertar as futuras gerações da pirâmide financeira. Essa é uma forma de trazer uma realidade melhor do que a que temos hoje.

Kajuru quer esclarecer texto compartilhado por Jair Bolsonaro

Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou ontem que protocolou na Mesa Diretora requerimento pedindo esclarecimentos ao ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, sobre texto endossado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, em que situa o Brasil como “ingovernável fora de conchavos políticos”.

— Separe o joio do trigo e diga quem, porque fazer críticas pontuais não significa tornar o país ingovernável.



Representante dos auditores, Silva fala em debate dirigido por Paim (C)

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Publicada lei que dá anistia e muda regra de prestação de contas de partidos

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a lei que muda regras referentes à prestação de contas dos partidos políticos e dá a eles mais autonomia em sua organização interna e movimentação financeira.

A Lei 13.831 proíbe a rejeição de contas e garante anistia de multa às agremiações que não gastaram a cota mínima de 5% de recursos com programas de promoção da participação política das mulheres, desde que tenham direcionado algum dinheiro para candidaturas femininas.

A lei também desobriga órgãos partidários municipais sem movimentação financeira

de enviar várias declarações à Receita Federal e dispensa a inscrição dos dirigentes partidários no banco de dados de pessoas com débito na administração pública federal.

A lei foi sancionada na sexta-feira com apenas um veto do presidente da República, Jair Bolsonaro: o trecho que desobrigava os partidos a devolver aos cofres públicos as doações que receberam em anos anteriores de servidores públicos com função ou cargo público de livre nomeação filiados aos próprios partidos. O governo argumentou limitação fiscal. O veto será analisado agora em sessão do Congresso Nacional em data ainda a ser definida.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Pedofilia na internet

9h Audiência sobre violência sexual contra vulneráveis, especialmente a pedofilia na internet.

CE Fundo da educação básica

9h Debate sobre o Fundeb, com o consultor da Câmara Paulo de Sena Martins. Às 11h, pauta de 17 itens.

CAE Fundo Nacional do Meio Ambiente

10h Entre 16 itens, o PLS 29/2018, que regula o do Fundo Nacional do Meio Ambiente em desastres naturais ou causados por criminoso não identificado.

CDR/CRA/CMA Bonito (MS)

10h Debate sobre o impacto ambiental de plantações e construções irregulares em áreas de preservação em Bonito, no Mato Grosso do Sul.

MP 876/2019 Registro de empresas

10h Audiência com a participação de representantes, entre outros, da Casa Civil, do Ministério da Economia, da Receita Federal e do Sebrae Nacional. Às 14h30, mais um debate.

BRASIL- CHINA Grupo parlamentar

11h Instalação e eleição.

CTFC Indicação política para estatais

11h30 Entre 15 itens, o SCD 10/2018, que libera indicação política para estatais.

CPI DE BRUMADINHO Depoimentos

13h Serão ouvidos dois executivos e um ex-diretor da Vale. Após, requerimentos.

CAS Remédios caros no SUS

14h Debate sobre a obrigatoriedade de medicamentos de alto custo no SUS.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Está na pauta o PLS 163/2018 — Complementar, que retira os precatórios dos limites de aumento das despesas correntes dos estados.

CI Agência Nacional de Energia Elétrica

14h30 Debate com o diretor-geral da Aneel.

CMO Crédito para a pasta da Justiça

14h30 Na pauta, o PL (CN) 3/2019, que abre crédito especial de R\$ 40 milhões para o Ministério da Justiça.

CCJ Responsabilidade civil

15h Audiência para discutir o PLC 126/2015, que trata do Estatuto da Responsabilidade Civil. Entre os convidados, o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Wellington apoia crédito em troca de suspensão do corte

Wellington Fagundes (PL-MT) apoiou ontem a ideia de vincular a aprovação do crédito suplementar solicitado pelo governo federal ao desbloqueio do orçamento do Ministério da Educação. Assim, para que fosse autorizado a gastar R\$ 248 bilhões em despesas correntes, o presidente Jair Bolsonaro teria que voltar atrás no corte de 30% das verbas das universidades.



Roque de S/A Agência Senado

Para o senador, é preciso adotar ações para garantir que as melhorias na educação e os avanços em pesquisa e tecnologia não sofram nenhuma paralisação.

Confúcio Moura destaca valor da pesquisa científica

Confúcio Moura (MDB-RO) destacou o papel da pesquisa científica para o crescimento do país e citou, como exemplo, as pesquisas feitas pela Embrapa. O senador também citou as feiras científicas promovidas todos os anos pelas escolas no Brasil. Segundo ele, nos eventos são mostrados experimentos que os estudantes têm orgulho de apresentar.



Roque de S/A Agência Senado

— Eu tenho comigo que o mais importante na educação e na pesquisa é a iniciação científica. É começar, na escola, incentivando as crianças, no entendimento do que é a pesquisa científica.

Reguffe defende manutenção do Nota Legal

Reguffe (sem partido-DF) parabenizou ontem, em Plenário, o secretário da Fazenda do Distrito Federal, André Clemente, por reverter decisão inicial do governo que previa retirar do Programa Nota Legal a possibilidade de descontos no IPTU e no IPVA.



Roque de S/A Agência Senado

Autor do projeto que gerou o programa em 2007, quando ainda era deputado distrital, o senador lamentou que governos passados tenham reduzido a porcentagem dos créditos que retornam à população por meio dos descontos nos impostos. Para ele, a iniciativa amplia a transparência na arrecadação e no gasto público.

Plenário pode votar regras para cuidadores

Projeto regulamenta a profissão de cuidador de idoso, criança e pessoa com deficiência ou com doença rara. Outra proposta em pauta autoriza divulgar nomes de beneficiários de renúncia fiscal

OS SENADORES DEVEM votar em Plenário nesta semana o projeto de lei que regulamenta a profissão de cuidador. O PLC 11/2016 é um dos destaques da pauta de votações do Senado e seguirá para sanção da Presidência da República se for aprovado sem alterações.

Do deputado Felipe Bornier (Pros-RJ), o projeto decreta que será reconhecida em todo o território nacional a profissão de cuidador, com os seguintes tipos: cuidador de pessoa idosa, cuidador infantil, cuidador de pessoa com deficiência e cuidador de pessoa com doença rara.

Segundo o texto, os profissionais deverão ter ensino fundamental completo, curso de qualificação na área, idade mínima de 18 anos, bons antecedentes e atestados de aptidão física e mental. A atuação do cuidador poderá se dar em residências, comunidades ou instituições. O projeto proíbe ao cuidador a administração de medicação que não seja por via oral nem orientada por prescrição médica e de procedimentos de complexidade técnica.

O Plenário também deve votar o projeto do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que autoriza a Fazenda a tornar públicos os nomes dos beneficiários de renúncias de receitas da União. O PLS 188/2014 foi aprovado no ano passado, mas falta a votação de um destaque que limita a divulgação a pessoas jurídicas.

Renúncia fiscal

“Privar o cidadão brasileiro, em geral, e o contribuinte, em particular, do acesso a essas informações, contribui para cercear sua capacidade de fiscalizar o governo e de questionar eventuais ‘be-

nevolências’ indevidas em nome de pessoas físicas e jurídicas”, afirma Randolfe na justificativa do projeto.

Outra proposta que deve ser votada é o PLC 107/2018, que cria a Política Nacional de Incentivo à Ovinocultura. O objetivo é desenvolver raças mais produtivas de ovelhas e cabras e aumentar a rentabilidade dos rebanhos. A política nacional também promoverá a regularização do abate e do comércio de produtos derivados, como carne, lã, couro e laticínios, e o estímulo ao processamento industrial, familiar e artesanal desses produtos.



Divino Adornato

Pelo texto, cuidador não poderá dar remédio sem prescrição médica

Decreto de armas tem respaldo legal, diz relator

O relator dos quatro projetos que pedem a sustação do decreto do presidente Jair Bolsonaro sobre armas (PDLs 233, 235, 238 e 239/2019), Marcos do Val (Cidadania-ES), disse ter o respaldo jurídico pela legalidade da nova norma.

O Decreto 9.785 prevê liberação da posse para diversas categorias profissionais, ampliação do número de armamento e de munição, aumento do prazo da licença e autorização para aquisição

de armas de uso restrito das Forças Armadas.

Para o senador, o decreto garante ao cidadão o direito à legítima defesa.

— Desde o Estatuto do Desarmamento, só quem tem armas são os bandidos e a polícia. É uma utopia achar que uma lei rígida vai conseguir desarmar bandido. Bandido é uma pessoa que infringe as leis — afirmou.

Autora de um dos projetos contra o decreto presidencial, Eliziane Gama (Cida-

dania-MA), já anunciou voto em separado contra o relatório de Marcos do Val. A senadora citou pareceres técnicos e uma ação do Ministério Público Federal pela ilegalidade da norma.

— Quando você garante mais armamento, será que as polícias estaduais estão aparelhadas também para fazer esse enfrentamento?

Depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCI), os projetos irão a Plenário.

Projeto facilita acesso a seguro obrigatório DPVAT

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar hoje o relatório do senador Veneziano Vital do Rego (PSB-PB) que desburocratiza o acesso ao Seguro DPVAT, também conhecido como seguro obrigatório, para vítimas de acidentes no trânsito que sofram com lesões físicas ou psicológicas permanentes (PL 583/2019).

Pelo texto, qualquer médico que seja servidor público federal, estadual ou municipal poderá certificar

a seqüela por meio de laudo, possibilitando o recebimento do seguro obrigatório.

A Lei 6.194, de 1974, só permite o acesso à indenização se o laudo for emitido pelo Instituto Médico Legal (IML) da jurisdição do acidente ou da residência da vítima. A restrição tem dificultado o acesso ao DPVAT, especialmente pelas pessoas mais pobres, aponta o senador Alvaro Dias (Pode-PR), autor do projeto.

Originalmente, a proposta

faculta a qualquer médico emitir o laudo atestando a lesão permanente. Mas Veneziano considerou que essa liberalidade pode aumentar o risco de fraudes, resultando na elevação dos valores dos prêmios. “O médico servidor público pode ser punido com a demissão do cargo, o que não é possível na esfera privada”, argumenta Veneziano.

Caso aprovado, o projeto deve seguir diretamente para a análise da Câmara.

Alvaro pede fim do acirramento para que o Brasil mude

Alvaro Dias (Pode-PR) pediu ontem o fim do acirramento político que se estende desde a campanha eleitoral para que sejam promovidas as mudanças necessárias. O senador reconheceu que o Legislativo tem sido lento e mas que a grande responsabilidade a ser assumida é sempre do chefe do Executivo, a quem cabe, de fato, governar.

— Eu repito, o Brasil não é um país de fracassados. Alguns governantes podem fracassar, mas os brasileiros repudiam o fracasso. Nós não aceitamos a tese de que o Brasil é um país ingovernável — afirmou o senador.



Roque de S/A Agência Senado

Rogério defende papel do Congresso contra crise no país

O país entrou num buraco que parece não ter saída, um verdadeiro labirinto, disse Rogério Carvalho (PT-SE). O senador garantiu que o Congresso vai ajudar na construção de um caminho para o Brasil.



Roque de S/A Agência Senado

Para ele, o governo tem uma agenda de estimular o ódio, o racismo, a discriminação e de armar adolescentes e ensiná-los a atirar.

O senador afirmou que essa agenda governamental não dialoga com a realidade do país, que é a de economia desacelerada, queda na produção industrial e aumento do desemprego.

Elmano: Norte e Nordeste não têm água de qualidade

Elmano Férrer (Pode-PI) citou ontem dados do Instituto Trata Brasil segundo os quais o país ainda tem 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada. Ele destacou que os piores índices de acesso referem-se às Regiões Norte e Nordeste.

— No Norte, apenas 57,5% da população é abastecida com água tratada. Enquanto isso, na Região Nordeste, 73,2% da população recebe essa provisão. No Piauí, o índice é um pouco melhor do que a média da Região Nordeste: 76,3% da população do meu estado tem água tratada — afirmou o senador.



Roque de S/A Agência Senado



Plenário do Senado durante sessão especial de homenagem aos povos indígenas, presidida por Randolfe, em 25 de abril

No Congresso, índios pedem reconhecimento de seu papel

Manifestações de povos indígenas na Esplanada pediram respeito ao direito de domínio sobre suas terras previsto na Constituição e mudanças em MP para devolver à Funai a demarcação de terras

Reportagem: Dante Accioly
Colaborou: Nelson Oliveira
Edição: Juliana Steck

TINGIDOS COM O preto do jenipapo e o vermelho do urucum, indígenas de várias nações protestaram na Esplanada dos Ministérios pintados com cores de guerra, simbolizando a luta por direitos que consideram sob grande risco. A principal demanda é o domínio sobre seus territórios. A Constituição reconhece as línguas, as crenças, as tradições e o direito imprescritível dos índios sobre as áreas que ocupam. As terras são consideradas “inalienáveis e indisponíveis”, e as comunidades originárias têm “o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos”. Mas na prática isso nem sempre acontece.

E há outras reivindicações, como o direito à saúde e à educação, vital para os cerca de 900 mil integrantes da população indígena. Na época do descobrimento, há 519 anos, seus antepassados somavam 3 milhões, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai).

A mais recente mobilização dos povos indígenas começou em abril, durante o 15º Acampamento Terra Livre. No Senado, eles participaram de debates e foram recebidos pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que prometeu se empenhar por eles.

— O diálogo deve ser a palavra de ordem. Os povos originários merecem o nosso respeito e podem contar com o meu apoio para promover a conversa e o entendimento na valorização das causas indígenas — disse Davi.

Após três dias de atividades, os representantes de 225 etnias voltaram para suas aldeias em

estado de alerta. Em 9 de maio, foi dado o primeiro passo para mudar a medida provisória que transferiu a Funai do Ministério da Justiça para a pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a responsabilidade pela demarcação de terras para o Ministério da Agricultura (MP 870, de 2019). O relator da MP na comissão mista, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), acolheu a ideia de devolver a Funai ao Ministério da Justiça, juntamente com o poder de identificar, delimitar, demarcar e registrar as terras indígenas. A alteração ainda precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado. — O Brasil tem um deficit. A Constituição estipula prazo de 5 anos para a demarcação, mas já se passaram mais de 30 anos — criticou o cacique Marcos Xukuru, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, durante sessão do Plenário em homenagem ao Abril Indígena no dia 25.

Terras

Parlamentares presentes mostraram preocupação em impedir o avanço do “desenvolvimentismo” sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, por entenderem que produto, renda e lucro não podem ser vistos como um objetivo absoluto e inarredável.

— As competências sobre demarcação e licenciamento ambiental de empreendimentos com impacto sobre terras indígenas passaram lamentavelmente para o Ministério da Agricultura, que tem como público-alvo o agronegócio. É colocar a raposa para tomar conta do galinheiro — protestou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Os conflitos de agora são a

versão atualizada de um dilema que paira sobre as aldeias desde a criação do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910: as tribos têm o direito de se manter relativamente isoladas em seus costumes e em sua organização social? Ou a sociedade e o Estado podem exigir — cada vez mais — a inserção das populações tradicionais em um modelo econômico convencional?

O cacique Yssô Truká, representante do Fórum de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, responde: “Não somos miseráveis. Quem tirou as terras dos índios foi quem invadiu o Brasil com essa conversa fiada de que os índios têm que ser iguais a todo mundo. Eu não quero. Eu me recuso a ser igual”, disse em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

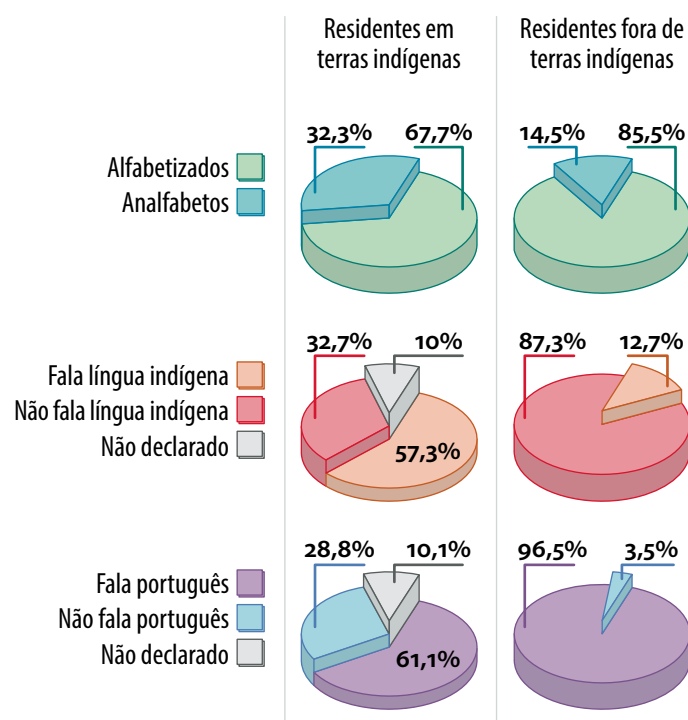
Recentes disputas noticiadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) entre produtores rurais e o povo Maraguá, em Nova Olinda do Norte (AM), por causa de mineração, são mais um exemplo numa longa história de conflitos. Segundo a Constituição, a exploração de recursos hídricos e minerais depende do aval do Congresso. Embora nenhuma autorização tenha sido concedida desde 1988, o Instituto Socioambiental estima que há mais de 4 mil processos minerários irregulares em 177 áreas tradicionalmente ocupadas, a maior parte na Amazônia Legal.

Apesar dos riscos inerentes à atividade — como a contaminação de cursos d’água, solo, fauna e flora —, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou, em março, em evento com investidores e mineradores no Canadá, a intenção de autorizar a explo-

Juntos, mas separados

Radiografia do mundo indígena mostra país dividido em processo conflituoso de integração

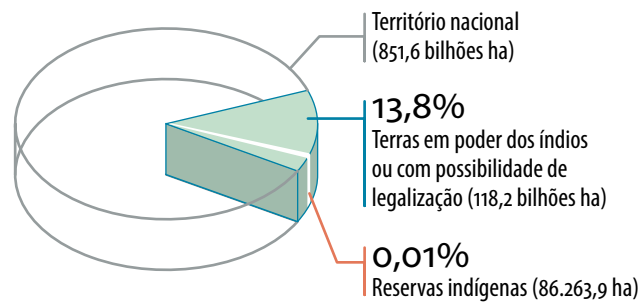
Alfabetização, idioma e distribuição domiciliar



Distribuição populacional por domicílio

	Urbana	Rural
Em terras indígenas	25.963	491.420
Fora de terras indígenas	298.871	80.663

Área das terras indígenas



Orçamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai)

2011	R\$ 431,5 milhões
2017	R\$ 1,6 bilhão

Acompanhamento alimentar e nutricional (menores de 5 anos)

2016	59,6%
2018	82%

Fonte: IBGE, 2010; Funai, 2014

ração em terras indígenas.

— A Amazônia é a área mais rica do mundo. Você tem como explorar de forma racional. E, no lado do índio, dando royalty e integrando o índio à sociedade — defendeu Jair Bolsonaro, em dezembro de 2018, ainda como presidente eleito.

Outra iniciativa interpretada pelos povos indígenas como uma tentativa de “padronização” é a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), ligada ao Ministério da Educação. A medida foi anunciada pelo presidente Bolsonaro em janeiro. O analfabetismo entre índios é de 32,3% — três vezes maior que a média nacional.

Propostas

O Senado analisa 19 propostas (PECs) e projetos de lei com impacto sobre as comunidades indígenas. Na Câmara, são mais de 70 proposições. Alguns dos textos que asseguram direi-

tos são a regulamentação da profissão de agente indígena de saúde (PLS 184/2018), de Telmário Mota (Pros-RR), e a destinação de 40% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura para a arte negra e indígena (PL 765/2019).

Para o senador Marcos Rogério (DEM-RO), além da dignidade da pessoa humana, a Constituição apresenta como fundamento os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa.

— Eu não vejo como alguém gozar de dignidade sem ter acesso à renda, à oportunidade, à atividade econômica.

Saiba Mais

MP 870, de 2019
<http://bit.ly/MP870de2019>

PLS 184/2018
<http://bit.ly/PLS184de2018>

PL 765/2019
<http://bit.ly/PL765de2019>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania